

**MOVIMENTOS SOCIAIS, TECNOLOGIA E INCLUSÃO DIGITAL: A URGÊNCIA  
DE UM DEBATE**

**MOVIMIENTOS SOCIALES, TECNOLOGÍA E INCLUSIÓN DIGITAL: LA URGENCIA  
DE UN DEBATE**

**SOCIAL MOVEMENTS, TECHNOLOGY AND DIGITAL INCLUSION: THE URGENCY  
OF A DEBATE**



Jefferson Luis da Silva CARDOSO<sup>1</sup>  
e-mail: jefferson.cardoso@ufra.edu.br



Rosângela Araújo DARWICH<sup>2</sup>  
e-mail: rosangeladarwich@yahoo.com.br

**Como referenciar este artigo:**

CARDOSO, J. L. S.; DARWICH, R. A. Movimentos sociais, tecnologia e inclusão digital: A urgência de um debate. **Plurais - Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 8, n. 00, e023017, 2023. e-ISSN: 2177-5060. DOI: <https://doi.org/10.29378/plurais.v8i00.15485>



| Submetido em: 30/10/2022

| Revisões requeridas em: 27/04/2023

| Aprovado em: 01/08/2023

| Publicado em: 21/12/2023

---

**Editoras:** Profa. Dra. Célia Tanajura Machado  
Profa. Dra. Kathia Marise Borges Sales  
Profa. Dra. Rosângela da Luz Matos

**Editor Adjunto Executivo:** Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Belém – PA – Brasil. Pesquisador na área da Formação de Professores, Trabalho Docente e Didática. Integrante do Grupo de Estudos em Literatura, Cultura e Sociedade (GELICS). Professor Assistente da UFRA Campus Tomé-Açu.

<sup>2</sup> Universidade da Amazônia (UNAMA), Belém – PA – Brasil. Doutora em Psicologia: Teoria e Pesquisa do Comportamento pelo PPGTPC/UFPA. Líder do Grupo de Pesquisa Poesia do dia a dia: Grupos Vivenciais e Resiliência. Professora Permanente do PPGCLC/UNAMA.

---

**RESUMO:** Este estudo aborda a temática dos Movimentos Sociais e sua relação com a Tecnologia por meio da Educação e Inclusão Digital. O objetivo é analisar, na produção acadêmica brasileira, em nível *Stricto Sensu*, os avanços e desafios enfrentados pelos movimentos sociais na busca pela inclusão digital. A pesquisa é exploratória e bibliográfica, com busca nas bases da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), disponível on-line, que congregam as pesquisas *Stricto Sensu* no Brasil. Para tanto, usaram-se os descritores “Movimentos Sociais e Tecnologia”, “Movimentos Sociais e Inclusão Digital” e “Movimentos Sociais e Educação”. A análise sistemática e crítico-integrativa das catorze produções selecionadas foi a interpretativa. Foi possível concluir que a posição que o MST detém de luta pela educação no Brasil está consolidada, enquanto o uso da tecnologia via inclusão digital pelos Movimentos Sociais permanece um campo fértil e abrangente para pesquisas futuras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos Sociais. Educação e Inclusão Digital. Tecnologia.

**RESUMEN:** Este estudio aborda la temática de los Movimientos Sociales y su relación con la Tecnología a través de la Educación y la Inclusión Digital. El objetivo es analizar, en la producción académica brasileña, a nivel *Stricto Sensu*, los avances y desafíos que enfrentan los movimientos sociales en la búsqueda de la inclusión digital. La investigación es exploratoria y bibliográfica, buscando en las bases de datos de la Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones – BDTD, disponibles en línea, que reúnen investigaciones en *Stricto Sensu* en Brasil. Para ello se utilizaron los descriptores “Movimientos Sociales y Tecnología”, “Movimientos Sociales e Inclusión Digital” y “Movimientos Sociales y Educación”. El análisis sistemático y crítico-integrador de las catorce producciones seleccionadas fue interpretativo. Se pudo concluir que la posición que el MST ocupa en la lucha por la educación en Brasil está consolidada, mientras que el uso de la tecnología vía inclusión digital por parte de los Movimientos Sociales sigue siendo un campo fértil y completo para futuras investigaciones.

**PALABRAS CLAVE:** Movimientos sociales. Educación e Inclusión Digital. Tecnología.

**ABSTRACT:** This study addresses the theme of Social Movements and their relationship with Technology through Education and Digital Inclusion. The objective is to analyze, in Brazilian academic production, at a *Stricto Sensu* level, the advances and challenges social movements face in the search for digital inclusion. The research is exploratory and bibliographic, searching the databases of the Digital Library of Theses and Dissertations – BDTD, available online, which brings together *Stricto Sensu* research in Brazil. To this end, the descriptors “Social Movements and Technology”, “Social Movements and Digital Inclusion,” and “Social Movements and Education” were used. The systematic and critical integrative analysis of the fourteen selected productions was interpretative. It was possible to conclude that the position that the MST holds in the fight for education in Brazil is consolidated, while the use of technology via digital inclusion by Social Movements remains a fertile and comprehensive field for future research.

**KEYWORDS:** Social movements. Education and Digital Inclusion. Technology.

---

## **Introdução**

As questões contemporâneas que dizem respeito aos direitos sociais, adquiridos pelos cidadãos no âmago de países democráticos, como é o caso do Brasil, tornam-se importantes marcos na firmamento de uma sociedade mais justa, igualitária e libertária, no sentido amplo de seus conceitos. A educação e a tecnologia, neste contexto, são pautas de luta dos coletivos civis organizados e que buscam demonstrar a diversidade de pensamentos, conhecimentos, saberes, culturas e práticas que direcionam os próprios avanços da sociedade globalizada. Nas afirmações de Gohn (2016), os Movimentos Sociais têm historicamente marcado presença nos arranjos políticos e sociais no Brasil, em especial no que tange a temática da educação, sendo resultados das aprendizagens e dos projetos socioeducativos desses grupos.

Nesse sentido, para Baalbaki e Nascimento (2021), a organização popular em forma de Movimentos Sociais é fruto da articulação entre intelectuais, políticos, estudantes e religiosos que visavam a participação dos sujeitos - em tese da população mais pobre e vulnerável - no debate político, atento aos problemas sociais do país, na redução da dependência internacional e propagando o nacionalismo, a fim de buscar uma sociedade mais igualitária. A educação é elemento central neste debate, já que visa a emancipação crítico-reflexiva dos sujeitos, o que lhes permite compreender e criar a capacidade de mudança da realidade vivida, por meio de estratégias e ações articuladas junto aos gestores públicos, na promoção e efetivação das políticas públicas focadas na resolução dos problemas apresentados na sociedade brasileira.

Na caminhada de luta dos Movimentos Sociais, de forma singular, emergem, a partir do alargamento da globalização e do processo de evolução tecnológica das sociedades, a necessidade do engajamento dos coletivos na busca, por acesso e compreensão dos usos da própria tecnologia e das mídias digitais presentes em nosso cotidiano. Portanto, entra em cena a questão da inclusão digital como promotora da informatização dos sujeitos na área tecnológica. Na visão de Warschauer (2006), é necessário observar o complexo de fatores que são delimitantes para a inclusão digital, como recursos e aparelhamento físico, digitais, humanos e sociais, além de assegurar o acesso à linguagem digital das novas tecnologias, por meio da educação e do letramento técnico-científico, não deixando de lado as estruturas institucionais e comunitárias necessárias aos sujeitos em formação.

Assim, o presente estudo aborda o papel dos Movimentos Sociais e sua relação com a Tecnologia por meio da Educação e Inclusão Digital. A pergunta que move a pesquisa é: como os movimentos sociais têm sido representados na literatura especializada sobre o uso da tecnologia por meio da educação e inclusão digital? Nesse sentido, o objetivo geral é analisar

na produção acadêmica brasileira, a nível *stricto sensu*, os avanços e desafios enfrentados pelos movimentos sociais na busca pela inclusão digital no uso das tecnologias.

O presente estudo tem como seções a Introdução, que traz as impressões gerais sobre o objeto em análise; a metodologia, denominada Movimento metodológico, que desenha os caminhos da pesquisa; já Movimentos Sociais, tecnologia e inclusão digital: dilemas do tempo atual, apresenta os resultados da revisão bibliográfica crítico-reflexiva de forma integrativa, uma vez que buscou a comparação de pesquisas já realizadas para apontar os movimentos de pesquisas posteriores. Por fim, as considerações finais que trazem os horizontes para novas investigações que relacionem o Movimento Social como coletivo organizado, a tecnologia como fator importante de inclusão digital por meio da educação na sociedade moderna e globalizada em que vivemos.

### **Movimento metodológico**

A presente investigação parte de pesquisa exploratória, haja vista a necessidade de analisar a literatura especializada da área (Gil, 2008), neste caso, que tratam dos temas Movimentos Sociais e Educação, bem como a tecnologia a serviço da inclusão digital, criando, assim, novos saberes, fazeres e conhecimentos que necessitam ser catalogados. A abordagem do estudo está ancorada na base qualitativa, já que avalia as impressões, diferentes realidades, fenômenos sociais e características marcantes dos objetos em estudo (Fonseca, 2002), mas também, compreende as experiências individuais humanas, passando pelos aspectos da dinâmica social na capacidade holística de perceber a realidade dos fenômenos estudados (Polit; Beck; Hungler, 2004) na indicação de respostas.

A pesquisa bibliográfica foi usada na recolha e seleção de materiais já publicados em meios escritos ou eletrônicos, como livros e artigos científicos e que sejam resultados de outras análises (Fonseca, 2002), que são importantes para traçar um panorama atual sobre o assunto estudado, bem como para que ampliem os limites para novas investidas na produção do conhecimento. A base de dados utilizada foi a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, que está disponível *online* e congrega as pesquisas em nível *stricto sensu* no Brasil.

Como avaliação final da coleta de dados e informações contidas nas produções já publicadas no âmbito dos programas de pós-graduação em funcionamento no Brasil, usou-se a análise crítico-integrativa e interpretativa, na medida em que a estratégia alia leitura crítica do material já produzido na área estudada, confronta com os dados e informações levantadas e

permite uma visão mais ampliada da realidade social investigada (Flick, 2009), permitindo novas reflexões sobre os objetos de pesquisa.

### **Movimentos Sociais, tecnologia e inclusão digital: dilemas do tempo atual**

O processo de reconhecimento dos Movimentos Sociais enquanto categoria que emerge da necessidade coletiva de grupos e/ou seguimentos historicamente minorizados e subjugados pelo mundo, a destacar a ressonância do movimento operário europeu, que em 1840 se fortalece pelo mundo, a partir das demandas dos trabalhadores, que reúnem sindicatos e partidos políticos socialistas ou comunistas, sob forte influência marxista (Grinberg; Ribeiro, 2018). No Brasil, ganham força a partir da década de 1960 contra as opressões vividas na ditadura civil-militar e lutavam, àquela época, por cidadania. Neste tempo, “os sindicatos e os partidos políticos de orientação socialista e comunista representariam, nessa perspectiva, a forma mais acabada desse tipo de organização, [...] quando muito, seriam movimentos arcaicos e pré-políticos ou, então, meros assuntos da classe trabalhadora” (Doimo, 1995, p. 39).

Os autores enfatizam a questão do termo “classe” como importante conceito a ser compreendido pela sociedade, uma vez que ela pode determinar em grande medida as crenças, valores, política, economia, ideias, intelectuais, saberes e conhecimentos que, organizados, podem definir um grupo social. Diante disso, Thompson (1987) já adverte sobre a consciência de classe que justamente avalia formas como as experiências culturais, anteriormente descritas, são tratadas, sejam elas tradições, ideais, sistemas valorados e formas institucionais, sejam vivências de grupos profissionais distintos e que exprimem suas demandas, nunca exatamente da mesma forma e proporção.

No campo de lutas, a educação é dos pontos fundamentais dos Movimentos Sociais, uma vez que por meio dela, o coletivo de sujeitos organizados tem acesso a conhecimentos, saberes e práticas sistematizadas nas escolas, com a finalidade de aumentar o capital intelectual de seus integrantes, até porque essa busca “tem caráter histórico, são processuais, ocorrem, portanto, dentro e fora de escolas e em outros espaços institucionais” (Gohn, 2011, p. 398). Hoje, diante da escalada tecnológica, a questão da inclusão digital torna-se crucial para o próprio desenvolvimento social, que, no Brasil, é marcado por grandes diferenças sociais, sendo necessário ratificar que “a luta contra as desigualdades e a exclusão, devem visar o ganho em autonomia das pessoas ou grupos envolvidos” (Lévy, 1999, p. 238) um horizonte em processo de conquista pelos Movimentos Sociais.

Sendo a educação um elemento central nesta discussão e por sua diversidade apresentada aqui nas nomenclaturas Educação do Campo e Educação Popular, faz-se necessário sua diferenciação. O termo Educação segue os parâmetros estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96, que em seu art. 1º, apresenta-a como um processo formativo iniciado pela família e que se desenvolve ao longo do tempo na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações civis e nas manifestações culturais (Brasil, 1996).

Já Educação do Campo apresenta-se como um fenômeno protagonizado pela organização dos trabalhadores do campo que buscam articular políticas educacionais para classe camponesa. Além disso, tem o objetivo de fixar os sujeitos do campo a partir do trabalho com a terra, cultura local, sua luta por direitos e com projetos próprios de desenvolvimento do país no cenário rural (Caldart *et al.*, 2012). Por fim, aborda-se o conceito de Educação Popular como uma nova epistemologia que respeita e exalta o senso comum, que valoriza as práticas cotidianas dos setores populares, na busca por teorias ainda não conhecidas pelo povo, como forma de problematizá-la para sua incorporação ao raciocínio científico, rigoroso e unitário (Gadotti, 2018).

Assim, a presente seção discute os achados da pesquisa *online* realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), que congrega as produções acadêmicas do Brasil em nível de Pós-Graduação *stricto sensu*. Como base parametrizada, foram usados os descritores para busca “*Movimentos Sociais e Tecnologia*”, “*Movimentos sociais e Inclusão Digital*” e “*Movimentos Sociais e Educação*”. No que se refere ao primeiro, foram encontradas 06 (seis) produções, sendo 03 (três) teses e 03 (três) dissertações. Já o segundo descritor não encontrou produções, o que sugere uma lacuna considerável em se tratando de um tema tão importante para sociedade civil organizada e tecnológica, perfil do mundo globalizado que solicita sujeitos informatizados. O terceiro descritor encontrou 42 (quarenta e dois) estudos, sendo 26 (vinte e seis) dissertações e 16 (dezesseis) teses.

Após essa investida, a avaliação inicial das produções se deu pelo título, resumo e palavras-chave, além da introdução para captar elementos com aderência ao objeto desta análise. Assim, dado o número baixo de trabalhos encontrados no primeiro descritor, dois estudos foram descartados por não conter a discussão central deste estudo. Já no terceiro, mais numeroso, destacaram-se 10 (dez) pesquisas relevantes, o que perfaz um total de 14 (quatorze) produções que compõem os resultados apresentados a seguir.

**Tabela 1** – Sistematização das literaturas da revisão sistemática

<b>Autor/Ano</b>	<b>Título</b>
<b>TESES</b>	
Paciornik (2021)	Movimentos sociais e tecnologias digitais – cultura digital brasileira, software livre e tecnopolítica.
Menezes (2017)	Educação do Campo do Semiárido como política pública: um desafio local à articulação dos movimentos sociais.
Souza (2021)	Estado, Movimentos Sociais Populares e Educação do Campo.
Lima (2018)	A Pedagogia da Libertação no contexto da reestruturação capitalista: da “escola com os pés no chão” aos desafios da educação popular no labirinto dos “Novos Movimentos Sociais”.
Costa (2014)	Movimentos Sociais e Educação Superior: ação coletiva e protagonismo na construção do plano nacional de educação (2014-2024).
<b>DISSERTAÇÕES</b>	
Pedroso (2013)	Desenvolvimento e tecnologia nos Movimentos Sociais: um estudo sobre a cultura digital e os pontos de cultura.
Zampier (2007)	Movimentos Sociais, apropriação das tecnologias da informação e da comunicação e a centralidade na rede da Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones Del Campo.
Parcionik (2013)	Movimentos Sociais e Novas Tecnologias da Informação e Comunicação: um estudo de caso na zona sul da cidade de São Paulo, a casa dos meninos.
Chaves (2011)	Contribuições dos Movimentos Sociais na democratização do acesso à educação: a luta do MST em São Paulo pelo acesso à educação.
Coelho (2015)	Internet e Educação: articulações inspiradas pelos movimentos sociais articulados em rede para formação de sujeitos.
Meira (2017)	A educação não formal praticada por Movimentos Sociais e suas implicações para identidade da Comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo.
Freire (2019)	Educação Popular no contexto brasileiro: percepções dos representantes de movimentos sociais sobre o marco de referência da educação popular para as políticas públicas.
Nascimento (1999)	Movimentos Sociais, Educação e Cidadania: um estudo sobre os cursos pré-vestibulares populares.
Coutinho (2014)	Processos comunicacionais contra-hegemônicos e direito à educação em São Gonçalo nas vozes de movimentos sociais populares.

Fonte: Elaboração dos autores (2022).

Após a organização das obras selecionadas para análise crítico-integrativa deste estudo, é possível perceber que as pesquisas acerca da representatividade dos Movimentos Sociais no Brasil foram delimitantes para diversas políticas públicas serem pensadas e articuladas no sentido do atendimento às necessidades dos diversos grupos que compõem esses coletivos. É possível reconhecer a posição de destaque que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) exerce no cenário nacional. Além da luta pela terra enquanto seguridade social, emergem deles a busca por todos os serviços que o cidadão brasileiro tem direito no território nacional.

No que se refere ao objeto central da presente pesquisa - movimentos sociais e tecnologia -, ainda é rara a produção a nível *stricto sensu* que trata da temática. Se for levado em consideração que os Movimentos Sociais ganham força no Brasil em meados da década de

1960, como mostra as discussões aqui apresentadas, já soa o alerta de que é um campo fértil para pesquisas futuras, com necessidade de ampliar os horizontes que envolvem a temática em questão. Sobre a díade Movimentos Sociais-Educação, há produções significativas que vão desde a organização dos coletivos de luta por uma educação justa, de qualidade e universal, até a contribuição com políticas públicas de impacto na vida dos grupos historicamente marginalizados pelo Brasil.

Assim, segue uma síntese do que pesquisadores(as) têm feito para popularizar os conhecimentos, saberes e práticas produzidos pelos Movimentos Sociais no Brasil, sobre a temática tecnologia e educação, bem como sua relação com o processo de melhoria das condições de vida, trabalho e inclusão social, que são elementos constitutivos da cidadania no Brasil. As análises seguem a ordem da Tabela 1, iniciando pelas Teses e terminando pelas Dissertações.

O estudo de Paciornik (2021) enfatiza os discursos que são feitos pelos Movimentos Sociais acerca de técnicas, tecnologias e tecnologias digitais, além dos usos e invenções de objetos técnicos digitais, constituintes da cultura digital no Brasil. Seu objetivo central analisou os discursos que envolvem o uso de *softwares* livre, no cenário político nacional que envolve a segunda década dos anos 2000 no seguimento da internet. Na extensa avaliação que faz sobre o objeto em análise, aponta para questões interessantes como a prática de criação do que chama de redes autônomas comunitárias; a promoção de cursos e oficinas que abordam a questão da tecnologia, instalações e invenções de *softwares* e *hardware* livres que utilizam plataformas próprias, demarcando verdadeiros territórios de transformação social.

Sobre o objeto em estudo pelo autor, foi possível levantar diversas questões como: a posição dos movimentos sociais no Estado brasileiro na sua versão progressista; a concepção de teorias próprias sobre técnica, tecnologia e seus usos; a cultura digital a partir de *softwares* e *hardware* livres; a luta travada entre os mais ricos com uso de *softwares* pagos e os mais pobres em *softwares* livres; questões de gênero, raça, classe e orientação sexual que afetam todos os seguimentos da sociedade brasileira; os problemas vividos sobre a díade espaço-tempo em movimento; território e descolonização, com efeito no avanço social; e, a formação tecno política no interior dos Movimentos Sociais, que, além de contribuir para inclusão digital dos Movimentos Sociais, permita a (trans)formação tecno política aberta de todos os cidadãos (Paciornik, 2021).

A literatura produzida por Menezes (2017) aborda o protagonismo dos Movimentos Sociais e sua contribuição à educação do Brasil, em especial nas áreas campesinas, na

formulação de políticas públicas que permitam e, acima de tudo, assegurem os direitos civis proclamados pela Constituição Federal de 1988 no país. Desse modo, a pesquisa buscou compreender as ações e articulações realizadas pelos Movimentos Sociais presentes na região do Semiárido brasileiro, nas abrangências municipais, suas ressonâncias para efetivação de uma educação realmente vivida.

A pesquisa revela a força dos Movimentos Sociais do campo, enquanto projeto de desenvolvimento de suas demandas, especificamente na tangente dos conhecimentos, saberes e práticas da região nordeste do país, bem como sua parcela de contribuição no cenário de luta - articulados em rede – por políticas públicas que permitam “1) acesso e permanência e [...] garantir igualdade de oportunidades e condições [...]; 2) atenção à diversidade. O campo é plural e [...] culturas exige políticas diferenciadas e adequadas à sua pluralidade [...]; 3) qualidade e aprendizagem [...] desses sujeitos” (Menezes, 2017, p. 220).

O estudo realizado por Souza (2021) aborda a questão da promoção da educação do campo, solicitada pelos Movimentos Sociais junto ao Estado e que gera tensões políticas, econômicas e sociais na sociedade brasileira. O autor desenvolve sua pesquisa na discussão contemporânea sobre o lugar/papel do Estado na promoção dos direitos sociais, no sentido de compreender as práticas educativas da educação do campo por meio dos Movimentos Sociais populares.

Marca a presença do Neoliberalismo como interventor e direcionador das políticas públicas - diga-se de passagem - mínimas para o atendimento da população e que é confrontado frontalmente pelos coletivos organizados no sentido de reivindicar, assim como na outra pesquisa, que a Constituição Federal do Brasil de 1988 seja cumprida e que todos os cidadãos sejam atendidos pelo Estado Nação. Na argumentação teórica, o autor utiliza estudiosos de destaque para falar sobre o papel do Estado no desenvolvimento das sociedades, que advertem sobre o Estado do Bem-Estar Social que envolve, também, as discussões sobre a luta de classes como marca do aparecimento dos Movimentos Sociais populares no mundo e, que no Brasil, ecoam na constituição do MST e suas pautas de reivindicações (Souza, 2021).

O trabalho desenvolvido por Lima (2018) buscou mostrar a relevância do que chama de “Novos Movimentos Sociais” na promoção de uma educação com base na Pedagogia da Libertação (pensada e gestada por Paulo Freire na condição de exilado, logo após o golpe civil-militar de 1964) no movimento contrário, que seja pensada no chão da escola, linha de pensamento que adverte sobre a necessidade de acolher e reconhecer a realidade escolar como importante elemento para promover uma educação que seja emancipatória aos sujeitos. Nesse

caminhar, novamente o MST aparece como protagonista da ação popular e que mantém em suas práticas educativas a chamada “escola de trabalho” na referência da luta de classes e sua relação direta na díade trabalho-educação, que, defendida por Paulo Freire, advoga para o fortalecimento do que chama Escola Cidadã.

No desenvolvimento da tese, retoma o percurso histórico de lutas entre o Estado, os Movimentos Sociais e a busca por uma educação de caráter popular, baseados na perspectiva histórico-crítica a que se estreita a pedagogia da libertação. Ressalta o caráter elitista da educação do Brasil, confrontado pelos movimentos contra-hegemônicos de origem marxista e revolucionária, que no âmbito educacional têm solicitado uma práxis educativa focada na resolução dos problemas sociais e no fortalecimento da emancipação humana por meio da escola e do trabalho, como parte da dignidade humana (Lima, 2018).

A tese de Costa (2014) tem como foco a educação em nível superior e as relações que os Movimentos Sociais desempenharam na formulação e implementação do Plano Nacional de Educação do decênio 2014-2024, no sentido de encontrar quais elementos se materializaram nas diretrizes, metas e estratégias do PNE fazem parte das reivindicações organizadas que demarcam historicamente o debate político de acesso dos sujeitos coletivos à universidade. Inobstante, o destaque para Conferência Nacional de Educação (CONAE) e o Fórum Nacional de Educação (FNE) que indicam as principais demandas sociais aos gestores educacionais do Brasil.

O estudo busca, assim, reconhecer a influência e o destaque das pautas dos Movimentos Sociais na luta pela educação de qualidade, democrática e universal. O estudo situa o período histórico na elaboração dos documentos oficiais que normatizam a democracia brasileira, como as diferentes Constituições Federais de 1934 e 1988, bem como os PNE de 1937, 1962, 2001 (e os planos plurianuais de 2004 e 2008) até a chegada da versão atual de 2014, que segue em vigor até 2024. Além disso, evidenciam-se as agitações, tensões, embates e acordos entre os personagens constitutivos da sociedade brasileira, com destaque a figura dos Movimentos Sociais - novamente o MST configura as agendas de diálogo com o governo no sentido de minimizar as disparidades sociais do país (Costa, 2014).

A questão da Tecnologia atrelada aos Movimentos Sociais está presente no estudo realizado por Pedroso (2013), que abre nossas análises sobre as dissertações selecionadas para presente revisão integrativa. O trabalho buscou a conexão da rede de cultura como política pública e a ponte feita com os coletivos sociais. Ademais, faz um resgate interessante sobre o Programa Cultura Viva, iniciado em 2004, e que possuía cinco ações àquela época: Agenda

Cultura Viva - formação e profissionalização de jovens na área cultura; Cultura Digital - funcionamento sistêmico da cultura; Escola Viva - ligação da educação formal com a não-formal no sentido da interseção entre educação e cultura; Griôs - mestres do saber - difusores da cultura afro-brasileira; e, Ponto de Cultura - fortalecimento do corpo da cultura no país, resguardando a criatividade e as novas linguagens populares. No horizonte do estudo, “a cultura digital joga seu papel decisivo, possibilitando, ainda que de modo bem tímido, outras formas de organização, criando-se assim, temas transversais que se transformam em bandeiras comuns de todos os grupos” (Pedroso, 2013, p. 81).

O itinerário investigativo de Zampier (2007) está ancorado na articulação da Coordenadoria Latino-americana das Organizações do Campo (CLOC) que congrega países da América Latina no sentido da articulação e utilização da tecnologia da informação e comunicação em rede, para construção de posições centrais de Movimentos Sociais que integram a instituição em destaque. O início de suas atividades data de 1989 que, segundo a autora, demarca os 500 anos de descobrimento das Américas e que tem passado por constantes mudanças organizativas em países como a Guatemala, Chile, Colômbia, Equador, República Dominicana, Peru, Bolívia, Argentina, Paraguai, Honduras, Venezuela e México, onde neste último, tem ampliado sua capitalidade de atuação.

Nessa direção, o estudo imprime suas andanças pela modernização estrutural da agricultura no mundo e as impressões desproporcionais sentidas pelo pequeno produtor a nível familiar. Indica a vivência deslumbrante que a tecnologia por meio das Redes Sociais Digitais, em todas as suas interfaces, exerce sobre os sujeitos e a apropriação desse conhecimento, deve ser canalizando para o campo da resistência contra as ideologias dominantes e exploradoras (Zampier, 2007).

Na linha que analisa a contribuição da tecnologia da informação e comunicação junto aos Movimentos Sociais, Paciornik (2013) se debruça sobre um estudo de caso no estado de São Paulo, no Brasil, no sentido de encontrar a conexão intramovimentos que evidencie os conflitos e as demandas sociais oriundos da reconfiguração de usos da tecnologia. A instituição Casa dos Meninos foi destacada por sua excepcional luta cotidiana que, desde 1949, vem usando a tecnologia de forma “sistemática e inventiva” para combater a ditadura inicialmente; ajustar a oposição sindical; lutar por creches; identificar empresas poluidoras; evidenciar a luta pelos direitos da criança e adolescentes; sistematizar a juventude da periferia e reivindicar por educação pública e de qualidade.

O autor faz o enlace da produção com outras bibliografias que discutem a relação

Movimentos Sociais e Tecnologia, até as experiências compartilhadas nos eixos técnica, tecnologia e seus embates contemporâneos no espaço social Casa dos Meninos. Nos limites do estudo, o Movimento Social em análise busca “[...] criar uma referência jovem, para criar um novo sujeito com outra cultura política, percebendo que a disputa dos processos de individuação com o capital continua a pleno vapor” (Paciornik, 2013, p. 168).

O estudo elaborado por Chaves (2011) analisa o cenário do MST na luta pelos direitos sociais assegurados a todos os cidadãos brasileiros, com destaque à promoção da educação pública, gratuita e de qualidade, além de ser universal. Faz um retrospecto que observa a movimentação dos trabalhadores rurais no país no período republicano, sua organização, mobilização e estruturação até o fortalecimento do coletivo no episódio da redemocratização. Importante o registro de que a educação do campo nunca foi prioridade na história do Brasil, no entanto, com a “modernização e a industrialização” do meio rural, foi preciso rever as posições de “indiferença, indisposição e desvalorização” com que o sujeito do campo sempre fora visto no Brasil. O setor agrário, por exemplo, foi atrelado a políticas conservadoras e neoliberais no início dos anos 1990, com Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, que beneficiou muito mais a elite agrária do país do que a classe trabalhadora. No que se refere a luta educacional travada pelo MST e os governos, aponta-se que “a educação deve servir aos interesses de luta, deve esclarecer ao trabalhador a sua condição de explorado e, sobretudo, tem o compromisso de formar a base ideológica que vai realizar as transformações na realidade social.” (Chaves, 2011, p. 100).

A produção de Coelho (2015) versou sobre a importância da internet para formação da rede de sujeitos integrantes de Movimentos Sociais, bem como perceber a influência política que a inclusão digital manifesta entre educadores nos coletivos organizados. A pesquisa segue como vertente metodológica um estudo de caso sobre o Movimento Passe Livre (MPL) desencadeado no início de 2015 e que teve ressonância usando a plataforma do *Twitter* como rede social para comunicação e divulgação das manifestações que foram realizadas pelo MPL.

Destaca-se a utilização da tecnologia de forma estratégica para o êxito da ação que problematizou o levante social, a pluralidade de ideias e a mobilização em prol de um direito comum para o movimento. Enfatiza o uso consciente das redes sociais por meio do engajamento social, o que depreende conhecer, usar e difundir os saberes, conhecimentos e as boas práticas vivenciadas no contexto interconectado das sociedades modernas. Evidencia os ativismos dos Movimentos Sociais pelo mundo e no Brasil, com ideias e debates apropriados sobre direitos adquiridos democraticamente na compreensão do outro e de si mesmo para evolução e até

revolução das sociedades (Coelho, 2015).

O trabalho desenvolvido por Meira (2017) faz uma análise sobre a educação não formal praticada pelo Movimento Social Faxinal Marmeleiro De Baixo, no estado do Paraná, e a ressonância da atividade pedagógica para o fortalecimento da identidade da comunidade investigada. O foco recai sobre os materiais didáticos utilizados no processo de ensino e aprendizagem dos envolvidos, na perspectiva evolutiva da comunidade e sua contribuição para valorização do Movimento Social em destaque. Para tanto, a autora busca como referência as comunidades tradicionais que deram origem à comunidade, como a questão da territorialidade, com seus valores sociais e culturais atrelados à influência econômica de seu percurso histórico, com destaque a três elementos sociais para compreensão da realidade vivente: 1) o ofício tradicional das Benzedeiras; 2) da Costureira de Rendaduras e Machucaduras; e por fim, 3) das Parteiras. A autora estabelece a teia dessas relações, pois “percebe-se a importância na educação não formal praticada por esses movimentos e organizações de apoio, que possuem sua fundamentação na experiente tradição da educação popular no Brasil” (Meira, 2017, p. 125).

A literatura produzida por Freire (2019) relata a importância e as marcas dos Movimentos Sociais para contribuição de políticas públicas nos termos da referência para educação popular no Brasil, como expressão maior das articulações das universidades, organizações sociais e dos educadores na promoção das ações que referendam a prática educativa em prol de uma sociedade mais igualitária. Um destaque no trabalho à figura de Simón Rodríguez, de origem venezuelana, que é marco dos estudos de educação popular no início do século XIX, por seus ideais republicanos libertadores na luta pela independência de países da América do Sul. A autora estabelece uma análise parametrizada dos conceitos de Educação Popular que referendam as políticas públicas da educação popular no Brasil, como um radicalismo apresentado e vivido em contextos revolucionários, apontando que “o Marco de Referência é um radicalismo, efeito da expansão de uma ideia revolucionária: a educação popular” (Freire, 2019, p. 72).

A obra produzida por Nascimento (1999) parte da análise sobre a influência do Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes sob a ótica de suas lideranças e que, esteve em funcionamento desde 1993 na baixada fluminense do Rio de Janeiro, e que revelou a interrelação dos Movimentos Sociais na luta por educação com base em conceitos como democracia, cidadania, autonomia, identidade e interculturalismo. Nessa incursão, faz o percurso histórico do contexto político do Brasil democrático pós-ditadura militar, com destaque à educação, que se torna pauta das reivindicações dos Movimentos Sociais da

população mais carente e excluída. Não obstante, a figura do povo Negro tornou-se base para criação dos cursinhos pré-vestibulares para os pobres, negros e carentes da baixada fluminense que firmam “uma educação democrática fundada da ideia de cidadania ativa, na igualdade, na solidariedade, no respeito aos seres humanos e a valorização da diversidade étnico-cultural da sociedade brasileira” (Nascimento, 1999, p. 101).

Para finalizar a análise crítico-integrativa deste estudo, a produção de Coutinho (2014) foca, como no estudo anterior, no estado do Rio de Janeiro, desta vez, na periferia de São Gonçalo, buscando compreender como os Movimentos Sociais locais, usam os meios de comunicação e as mídias como articulação política e contra-hegemônica para suas lutas sobre o direito à educação. A investigação é de caráter arrojado e buscou as bases teóricas de uso dos meios comunicacionais e das mídias, com inserção do site próprio da Associação dos Moradores e Amigos da Jardim Catarina (AMAJAC), o *Orkut*, o canal do *YouTube* e página do *Facebook*, além do jornal comunitário impresso “Opinião Pública”. Nas considerações sobre a compreensão do poder dos Movimentos e das formas de comunicação estabelecidas pela comunidade estudada, “têm sua atuação e presença legitimadas através de seus próprios documentos e meios de visibilidade. [...] tornando-se capazes de se fazer ouvir, participando de maneira ativa e crítica dos processos de elaboração das políticas públicas e dos direitos à cidadania” (Coutinho, 2014, p. 104).

Nas análises realizadas, ainda foi possível perceber ações coletivas sobre o uso das tecnologias pelos Movimentos Sociais nos estudos apresentados. Os trabalhos de Paciornik (2021), Pedroso (2013), Zampier (2007), Paciornik (2013), Coutinho (2014) e Coelho (2015) apontaram, cada um a seu modo, para o uso específico da tecnologia e da internet como aliados dos Movimentos Sociais para o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos, saberes e práticas relacionados ao manuseio tanto da tecnologia, quanto da internet, com vistas à inclusão digital.

Vale compreender que, nos dias atuais, a tecnologia é considerada como parte da evolução humana, uma vez que o alargamento das relações homem-tecnologia tem cada vez mais se intensificado no cenário mundial (Arendt, 2001). Essa influência decorre do período estritamente tecnológico em que se vive, tendo em vista que as últimas transformações sociais, à base da democratização do acesso à tecnologia, necessitam de informação correta e precisa. Diuturnamente, modificam-se as informações e os cenários sociais, solicitando dos homens um conhecimento mais técnico do aparato tecnológico do mundo moderno, situação que referenda as pesquisas aqui apresentadas (Gadotti, 2000; Morin, 2000; Ireland, 2013).

Já os estudos de Menezes (2017) e Souza (2021) mostraram com precisão a capacidade de luta dos Movimentos Sociais para que a Educação do Campo seja, de fato, ofertada, gerida e disponibilizada pelo Estado aos povos que vivem nas áreas rurais do Brasil. Trazem como protagonistas da ação coletiva o MST, na luta pela cidadania de homens e mulheres do campo, articulando-se de maneira sociopolítica, buscam condições que lhes permitam viver, desenvolver e educar-se no e pelo campo, a partir da perspectiva agroecológica e sustentável, tornando-se resistências no meio rural do país (Arroyo; Caldart; Molina, 2004; Duarte, 2003; Hage, 2005, 2006; Ramos *et al.*, 2004; Souza, 2006).

Os trabalhos de Costa (2014) e Chaves (2011) articularam as andanças dos Movimentos Sociais para requerer o acesso e permanência dos sujeitos na escola formal, excepcionalmente em áreas de ocupação, periferias e regiões periurbanas. Eles argumentam de forma crítica sobre a obrigação do Estado na democratização da educação a todos, sem restrição, na promoção de uma educação pública, justa, igualitária e incluyente, que forme os sujeitos para a vida em sociedade de forma crítico-reflexiva. No horizonte, lutam por uma educação capaz de contribuir com o desenvolvimento da nação (Brandão, 1986; Gohn, 2006, 2010; Ribeiro, 2002).

Por sua vez, a educação não-formal e popular foram alvos de estudos de Lima (2018), Meira (2017), Freire (2019) e Nascimento (1999). Essas ramificações da educação mereceram destaque e também são pautas dos movimentos que acreditam nas diversas formas de instrução dos sujeitos, inclusive fora da escola institucionalizada. A educação não-formal e a popular são processos voluntários, de socialização e solidariedade, com desenvolvimento social coletivo que acontecem de maneira descentralizada da escola formal. Além disso, resultam da conquista dos Movimentos Sociais e são disponibilizadas em organizações não-governamentais, sindicatos, centros comunitários, instituições e entidades que buscam, com essa alternativa, atender a necessidade de parte significativa da população que se encontra fora da escola gerida pelo Estado (Gohn, 2007; Sinsom; Park; Fernandes, 2001; Trilla, 2006).

## Considerações finais

O processo de organização coletiva dos sujeitos no mundo demonstra a necessidade de união em prol de direitos básicos, que são materializados nas sociedades democráticas mundialmente. Os Movimentos Sociais que se forjam em meados do século XIX, já na revolução industrial, indicam fortes elementos para compreensão de diferentes realidades. Apontam para aquisição e fortalecimento de uma crítica política que possui concepções

econômicas, culturais, ambientais e sociais, na tentativa de assegurar protagonismos na formulação de políticas públicas governamentais que tenham impacto na vida da comunidade em geral. Sistematizam suas demandas de maneira firme, com fundamentação teórica e com base nos direitos humanos comum a todos, sendo assim, verdadeiras resistências contra-hegemônicas do tempo contemporâneo.

A pesquisa em questão examinou a produção científica de nível *stricto sensu* disponível no Brasil acerca do processo de utilização da tecnologia pelos Movimentos Sociais por meio da inclusão digital através da educação. No avançar das leituras foi possível detectar alguns horizontes: a) os grupos geralmente se formam pelas minorias marginalizadas e excluídas; b) o MST é o grupo organizado mais citado nas produções e vinculado à luta por educação, seja no campo ou na cidade; c) os Movimentos Sociais se forjam a partir da negação de um direito social, excepcionalmente, moradia, saúde e educação; d) possuem posição política definida e alinhada à perspectiva contra-hegemônica; e) ainda é tímido o uso da tecnologia pelos grupos organizados, limitando-se ao manuseio de algumas mídias; f) não se registrou pesquisas sobre inclusão digital, tornando-se um campo fértil na área em estudo; e, g) a posição de resistência dos Movimentos Sociais tem sido “reconhecida/acolhida” por governos de caráter popular e “diminuídas” por governos neoliberais, autocráticos e elitistas. Por tudo isso, seguem na luta!

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BAALBAKI, A. A. K.; NASCIMENTO, L. A. M. Movimentos sociais e Educação Popular no Brasil. **Pleiade**, [S. l.], v. 15, n. 32, p. 28-37, jan./jun. 2021.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 17. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

BRASIL. **Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério de Educação e Cultura. Brasília, DF: MEC, 1996.

CALDART, R. S. *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CHAVES, R. J. **Contribuições dos movimentos sociais na democratização do acesso à educação: a luta do MST em São Paulo pelo acesso à educação**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2011.

COELHO, I. C. **Internet e educação: aproximações inspiradas pelos Movimentos Sociais articulados em rede para formação de sujeitos.** 2015, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

COSTA, A. M. M. **Movimentos Sociais e educação superior: ação coletiva e protagonismo na construção do Plano Nacional de Educação (2014-2024).** 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

COUTINHO, N. F. **Processos comunicacionais contra-hegemônicos e direito à educação em São Gonçalo nas vozes de movimentos sociais populares.** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

DUARTE, V. P. **Escolas públicas do campo: problemática e perspectiva: uma estudo a partir do Projeto Vida na Roça.** Francisco Beltrão, PR, 2003.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, A. C. **Educação popular no contexto brasileiro: percepções dos representantes de movimentos sociais sobre o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, 2019.

GADOTTI, M. Paulo Freire e a educação popular. **Revista Trimestral de Debate da FASE**, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://sindacs.org.br/novo/wp-content/uploads/2018/06/Paulo-Freire-e-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-Popular.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. G. Movimentos sociais e lutas pela Educação no Brasil: experiências e desafios na atualidade. Reunião Científica Regional da ANPED Sul: educação, movimentos sociais e políticas governamentais. *In: ANPED SUL*, 11., 2016, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2016.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista brasileira de Educação**, [S. l.], v. 16, n. 47, maio/ago. 2011.

GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio**, [S. l.], v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2007.

GRINBERG, L.; RIBEIRO, V. V. **História dos movimentos sociais no Brasil**. Volume único / – Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2018.

HAGE, S. M. (org.). **Educação do Campo na Amazônia**: retratos de realidades das escolas multisseriadas no Pará. 1. ed. Belém: [s. n.], 2005.

HAGE, S. M. Por uma Educação do Campo na Amazônia: currículo e diversidade cultural em debate. *In*: CORRÊA, P. S. A. (org.). **A Educação, o Currículo e a Formação dos Professores**. Belém: EDUFPA, 2006.

IRELAND, T. D. Revisitando a CONFINTEA: sessenta anos de defesa e promoção da educação de adultos. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, [S. l.], v. 1, n.1, 2013.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, M. R. **A pedagogia da libertação no contexto da reestruturação capitalista**: “da escola com pés no chão” aos desafios da educação popular no labirinto dos “Novos Movimentos Sociais”. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018.

MEIRA, A. M. K. **A educação não-formal praticada por movimentos sociais e suas implicações para identidade da comunidade Faxinal Marmeleiro de baixo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro Oeste, Irati, PR, 2017.

MENEZES, A. C. S. **Educação do Campo no semiárido, como política pública**: um desafio à articulação local dos movimentos sociais. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NASCIMENTO, A. **Movimentos sociais, Educação e cidadania**: um estudo sobre os cursos pré-vestibulares. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

PACIORNIK, G. F. **Movimentos sociais e as novas tecnologias da informação e comunicação**: um estudo de caso na zona sul da cidade de São Paulo, a Casa dos Meninos. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

PACIORNIK, G. F. **Movimentos sociais e tecnologias digitais**: cultura digital brasileira, software livre e tecnopolítica. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2021.

PEDROSO, J. C. **Desenvolvimento e tecnologia nos movimentos sociais**: um estudo sobre a

cultura digital e os pontos de cultura. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2013.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização.** Tradução: Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RAMOS, M. N. *et al.* **Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo.** Brasília, DF: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

RIBEIRO, M. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 113-128, jul./dez. 2002.

SIMSOM, O. R. M. V.; PARK, M. B.; FERNANDES, R. S. (org.). **Educação não-formal: Cenários da Criação.** Campinas, SP: Unicamp, 2001.

SOUZA, D. D. L. **Estado, movimentos sociais populares e Educação do campo.** Juiz de Fora, MG: UFJF, 2021.

SOUZA, M. A. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas desenvolvidas no MST.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRILLA, J. **A pedagogia da felicidade.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e inclusão social.** São Paulo: Editora Senac, 2006.

ZAMPIER, M. B. **Movimentos Sociais, aproximação das tecnologias da informação e comunicação e a centralidade da rede da Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo.** 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2007.

### **CrediT Author Statement**

---

**Reconhecimentos:** Não se aplica.

**Financiamento:** A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), pela concessão da bolsa de estudos para o curso de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC), e que deu origem a produções como apresentada neste estudo.

**Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesses.

**Aprovação ética:** O estudo segue os preceitos científicos e éticos relacionados a pesquisa no âmbito acadêmico.

**Disponibilidade de dados e material:** A base de dados principal que deu origem as análises realizadas no presente estudo, foi a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), disponível em: <https://bdttd.ibict.br/vufind/>.

**Contribuições dos autores:** Autor 1, foi responsável pela pesquisa exploratória, coleta e tratamento dos dados e informações, bem como interpretação e redação do texto original. Também realizou as adequações que foram indicadas no processo de avaliação. Além disso, coube os ajustes indicados pelos avaliadores da revista. A autora 2, foi responsável pela orientação, leitura e correção do texto nas normas da revista.

---

**Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Revisão, formatação, normalização e tradução.

